

NOTÍCIA

FORMAÇÃO POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: ENCONTROS DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS (ENECOMS)

VERA LÚCIA SILVA*

A partir do processo de formação dos Encontros de Entidades Comunitárias (ENECOMS), esta pesquisa – originada como tese de doutorado que teve início em 2017 – investiga as experiências de agricultores, pescadores, agentes de saúde, funcionários públicos municipal e estadual ligados a diferentes associações e instituições do campo e da cidade dos municípios cearenses de Camocim, de Barroquinha e Granja, no campo da luta pela sobrevivência, conhecimento e garantia dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Os ENECOMS reuniam trabalhadores de diversas localidades desses municípios, tais como: Lagoa Salgada, Bambus, Santa Luzia de Maceió, Torta, Tatajuba, Boqueirão dos Rosas e dos Dourados, Boqueirão dos Lira, Lagoa do Mato, Boa Esperança, Pedra Branca, Guriú, Córrego do Braço, Mangue Seco, Flamengo do Rosário, Tamboril, Pajeú, Ilha do Xavier, Jacarandá. Constituíram-se em encontros de formação política e discussão sobre os problemas que esses

trabalhadores enfrentavam no seu dia a dia, de socialização de conhecimentos acerca de seus direitos sociais, tais como previdência rural, moradia, educação, sobre as questões políticas locais e nacionais, sobre como organizar suas associações e criar projetos de geração de trabalho e renda, realizados no período de 1994-2002.

O recorte temporal da tese foi, assim, delimitado em função do período de concretização dos encontros e por sua própria dinamicidade, que perpassa um momento de encontros gerais, realizados no Centro Social Urbano (CSU) – hoje Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania –, na cidade de Camocim; depois, de encontros zonais e gerais, feitos em escolas, na sede de algumas associações da zona rural e outros na zona urbana de Camocim e no município de Barroquinha; e, simultaneamente, por uma fase de informalidade até a criação da Federação de Entidades Comunitárias (FENECOM).

Os seis zonais – de Tatajuba, Maceió, Jacarandá e Pajeú, na área rural de Barroquinha e Camocim, e do Centro e dos Bairros deste município¹, que abrangiam as localidades circunvizinhas a eles – foram criados pelos próprios trabalhadores participantes, no 8º ENECOM, com a finalidade de superar as dificuldades de deslocamento para a cidade de Camocim e atender as especificidades de cada região.

Essa divisão, possibilitou a participação de um maior número de trabalhadores, inclusive daqueles que não eram filiados a uma associação, e a discussão de temáticas relacionadas aos problemas que os moradores da respectiva área de cada zonal enfrentavam no dia a dia. Os encontros gerais, os quais congregavam representantes de todas as associações, continuaram a ocorrer, mas, agora, duas ou quatro vezes ao ano: o

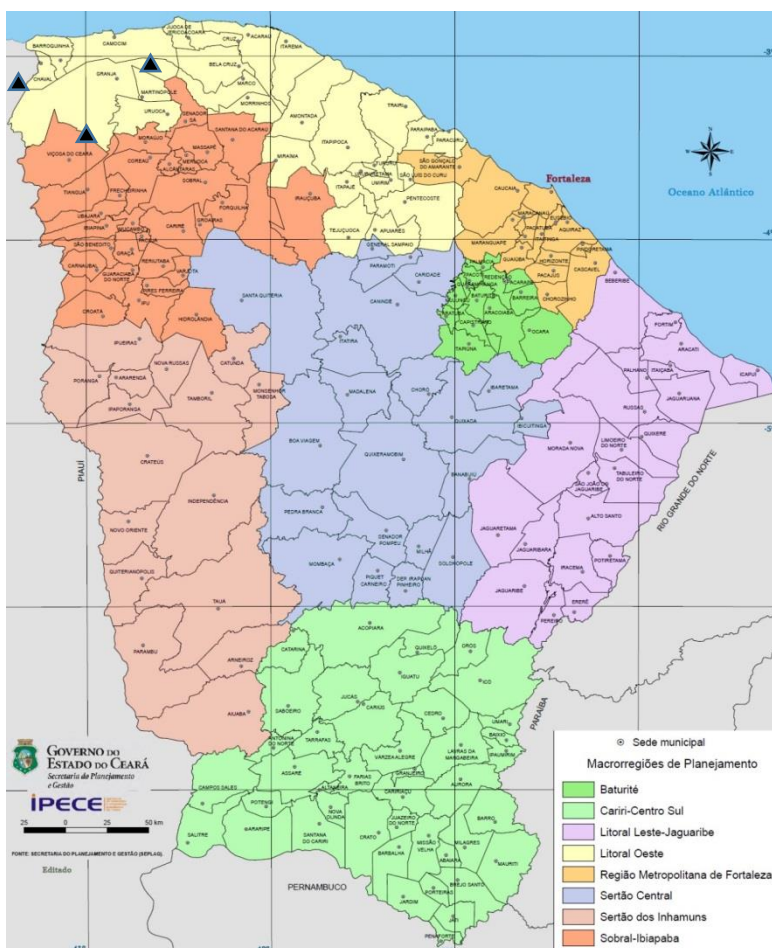
primeiro para o planejamento das atividades; o segundo e o terceiro para estudo e formação comunitária e política; e o último para avaliar o que tinha sido realizado e indicar sugestões para o planejamento do ano seguinte.

O período pesquisado é importante também porque as questões elucidadas por ele, como terra para morar e trabalhar, previdência social – sobretudo nesse momento em que o governo brasileiro se encontra na eminência de aprovar uma reforma perversa para a classe trabalhadora –, permanecem no presente, ainda que com outras dimensões, como problemas que afetam grande parte da população brasileira.

Assim como a periodização, o espaço que abrange a pesquisa, *Camocim, Granja e Barroquinha* – como se vê no mapa da página seguinte, indicando a localização destes municípios –, foi se compondo a partir dos próprios locais de realização dos ENECOMs ou de moradia de seus participantes.

Em parte desses locais havia um histórico de mobilização por meio de movimentos religiosos, como o Movimento de Educação de Base (MEB), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Dia do Senhor, o Serviço de Promoção Humana (SPH), ou através de associações de moradores, nas áreas de assentamento, que lutavam contra grileiros e empresários para permanecer em suas terras. Além disso, em várias outras cidades do Estado do Ceará criaram-se federações de entidades comunitárias.

Imagem 1: Mapa político do Ceará



Fonte: IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Mapa político do Ceará.** Disponível em: <http://www.ceara-turismo.com/mapas/mapa-politico.htm>. Acesso em: 20/06/2017.

Durante esse período, os trabalhadores discutiram, entre outras temáticas, os direitos e deveres do cidadão, o neoliberalismo e o movimento comunitário, associativismo *versus* individualismo, desafios das organizações comunitárias, previdência social e trabalhador rural, ética e política, educação política e movimento comunitário, reforma

agrária, experiências de assentamento de reforma agrária, sindicalismo rural, vivenciar a vida comunitária como instrumento de luta, formas alternativas da agricultura familiar, libertação e cidadania, luta e união das associações comunitárias.²

Ainda que nos primeiros anos esses encontros tenham criado uma rede de articulação entre trabalhadores de cerca de 40 associações comunitárias, sindicatos e outras organizações sociais, chegando a formar uma Federação de Entidades Comunitárias (FENECOM), em 1997, eles não integraram movimentos sociais que desenvolviam ações coletivas cujo objetivo era alcançar mudanças na sociedade, através do enfrentamento direto ao poder público, com greves, manifestações, por exemplo. Eram movimentos que se caracterizaram pela busca de conhecimentos e informações sobre seus direitos e como lidar com os problemas locais, fazendo denúncias, por meio de abaixo-assinado, contra a pesca ilegal, a invasão de grileiros e empresários às suas terras, a destruição dos mangues; reivindicando o documento de posse de áreas de assentamento; que tentam também melhorar suas condições de vida e de trabalho através de projetos financiados pelos órgãos públicos.

É importante ressaltar que ao solicitar o apoio do governo Tasso Jereissati, por meio de suas associações, os trabalhadores participantes dos ENECOMs não necessariamente concordavam com as políticas que ele vinha implementando no Estado. Eram, em sua maioria, agricultores que não possuíam renda fixa e não tiveram acesso à educação formal por viverem em uma região do país onde as possibilidades e diversidade de emprego são bem reduzidas. Em muitos casos, os recursos públicos eram um dos poucos meios de gerar renda e trabalho para muitas

famílias³. Neste sentido, almejavam com projetos de criação de animais e aves, de construção de casa de farinha, citando alguns exemplos, um complemento para o sustento de suas famílias e ter acesso à água e energia elétrica.

Pelas temáticas de alguns encontros, supracitadas, e dos relatórios de atividades, como o do 6º encontro, que trouxe o tema “O projeto neoliberal: esperança ou perigo para o movimento comunitário?”, é possível perceber o descontentamento dos trabalhadores em relação ao governo. Na avaliação da apresentação dos grupos de trabalho em plenária, Karla Manuela Farias Linhares e Benedito Genésio Ferreira, que elaboraram o relatório, destacam:

No que se refere ao grupo que dramatizou as cenas de uma feira, foi lembrado a necessidade da comunidade pesquisar os preços dos alimentos da feira. O Governo defende a não-regularização da economia mas não permite o aumento dos salários. No tocante ao 2º e 3º grupos que dramatizou a privatização de um órgão público foi indagado como isso pode acontecer se os trabalhadores, com baixos salários, não têm condições de pagar bons serviço de educação, de saúde etc. Sem salários compatíveis não pode haver privatização dos serviços públicos essenciais. Se todos nós pagamos nossos impostos, temos direito a um bom atendimento, o que, por via de regra, não vem acontecendo em nossos serviços públicos (*sic*).⁴

Essas considerações em torno da questão do salário são indicativas de que eles estavam cientes dos impactos da adoção de políticas neoliberais em sua vida. Também, ao se posicionarem contra as medidas econômicas, expõem as contradições do novo sistema, que tem entre as principais metas a privatização dos serviços públicos e a desvalorização

salarial, sem considerar que o trabalhador não poderá pagar por esses serviços. O que, conseqüentemente, levaria à precarização das condições de vida da classe trabalhadora e ao aumento das desigualdades sociais.

Contudo, no 30º encontro, com o tema *Participação popular e administração Pública*, realizado nos dias 19 e 20 de agosto de 1999, em que foi convidado todos os candidatos a prefeitos e a vereadores de Camocim e representantes do Conselho Comunitário de Santana do Acaraú (CCSA) – mais conhecido como Conselhão⁵ –, para debater, junto aos trabalhadores filiados à FENECOM, propostas de intervenção da sociedade na administração dos recursos públicos, mais de 50% dos trabalhadores que estavam presentes nos encontros anteriores não compareceram em nenhum dos dias, como atestam as assinaturas na lista de presença.⁶

A ausência de parte considerável dos trabalhadores pode ter sido resultado da consciência de que as ideias de mudanças nas estruturas da administração pública eram muito perigosas, devido às perseguições políticas, comuns na região, que poderiam sofrer no futuro. Dos 71 candidatos ao cargo de vereador convidados, apenas 4 marcaram presença e 2 dos 3 candidatos a prefeito. O candidato ao executivo municipal de Camocim eleito no pleito de 2000 se ausentou ao encontro. O que sugere também a falta de interesse do poder público pela participação popular nas decisões políticas.

Considerando os diferentes posicionamentos dos trabalhadores diante da realidade social, econômica e política, a tese propõe identificar e discutir os elementos de resistência, mas também os de subordinação e dominação desses sujeitos articulados em torno dos encontros e da

FENECOM. Como discute Maria do Rosário da Cunha Peixoto, “torna-se legítimo pensar o universo cultural da classe trabalhadora como um campo de lutas, no qual atuam forças múltiplas que colocam em constante estado de tensão anseios de liberdade e de opressão, práticas de resistência e de submissão”.⁷

Ao mesmo tempo que procuravam organizar associações para pleitear recursos públicos e trazer alguma melhoria para a sua localidade, os trabalhadores participantes dos ENECOMs almejavam sua autonomia em relação aos políticos. As falas dos entrevistados Ricardina Oliveira Parente Silva⁸ e Benedito Genésio Ferreira⁹ atestam que era corriqueiro, naquele período, a elaboração de estatutos de associações, bem como o seu registro em cartório, por algum vereador e não pelos sujeitos que as comporiam. Isso resultava na submissão destes, que, a partir de então, deveriam reelegê-lo como representante na Câmara.

Outros entrevistados, como Claudiomar Cândido Dias,¹⁰ Erasmo de Assis Pinto,¹¹ Raimundo Francisco da Silva¹² e Raimundo Ivan do Nascimento,¹³ expressam que o interesse em participar dos encontros era aprender a como constituir suas associações e trocar experiências com outras pessoas. Na prática, tratava-se de estudar como fazer seus estatutos, atas, declaração de imposto de renda, projetos que atendessem as necessidades locais, mas também de conhecer seus direitos, outras formas de lutas, de construir laços de amizade e solidariedade e, assim, irem constituindo a sua própria independência.

Indícios de avanços em sua autonomia aparecem no momento de criação da federação, quando o prefeito de Camocim, da época, escolheu, antes mesmo dos trabalhadores discutirem e aprovarem em

assembleia o estatuto, uma pessoa de sua confiança que participava dos encontros para ser o presidente da nova organização. A maioria dos representantes das associações optou, no entanto, por um estatuto parlamentarista, no qual a assembleia geral, constituída por dois delegados de cada associação filiada à federação, tinha o poder supremo. Ao invés de uma diretoria, formaram uma coordenação geral, composta pelos coordenadores dos seis zonais existentes em 1997 e por seis suplentes; entre os membros da coordenação geral, escolheram um tesoureiro e um secretário executivo; e um Conselho Fiscal, constituído por três membros titulares e três suplentes, que era responsável não só pela fiscalização financeira, mas também pela aplicação efetiva do que constava no estatuto.

Sem sucesso em sua tentativa de submeter a federação ao poder político, o prefeito criou, a exemplo do que existia a nível estadual, o Departamento de Ação Comunitária (DAC), que passou a funcionar paralelamente a FENECOM com o propósito de diminuir a relevância das ações da federação junto aos trabalhadores. Ao receber a assistência do DAC, os membros das organizações de moradores, de produtores ou de outra natureza, não poderiam reivindicar políticas públicas que contrariassem o programa governamental, bem como questionar ou criticar sua atuação, pois corriam o risco de perder o apoio que vinham recebendo. Além disso, como expresso acima, alguns vereadores também tinham o interesse em tornar as associações dependentes para que eles permanecessem no poder.

Por outro lado, a principal finalidade da federal era, segundo a ata de fundação:

[...] constituir-se em uma instância de representação formal de Entidades Comunitárias e congêneres e em um espaço de discussão, mobilização e participação na luta e defesa das Políticas Sociais garantidas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal, dentro dos critérios da participação, organização, articulação e visão crítica da realidade histórica [...].¹⁴

Com esse propósito, a criação da FENECOM se constituiria em um empecilho para os interesses políticos na região, não só pelo fato de que as pessoas, agora com conhecimentos para administrar suas associações, não precisariam mais da ajuda de um representante do poder público para fundá-las, mantê-las e elaborar projetos, mas também porque poderiam formar forças de oposição a ele. Daí o empenho de colocá-la sob seu controle, com a indicação de um presidente.

Muitos trabalhadores expressam nas entrevistas que tinham consciência de que com a união de diversas associações teriam mais força para reivindicar seus direitos. Porém, é preciso destacar que nem todos os participantes dos ENECOMs passaram por um processo de mudança de percepção na relação com o governo. Aquele trabalhador, supracitado, que acordou com o prefeito de Camocim para ser o presidente da federação, por exemplo, ainda não compartilhava do interesse da maioria de constituir uma representação de suas organizações independente do poder público.

A pesquisa busca, nessa perspectiva, por meio dos materiais produzidos durante os encontros e a existência da federação – como ofícios, folders, registros de planejamento dos encontros e de autoavaliação, correspondências, materiais de apoio às discussões dos temas, além dos relatórios, atas e entrevistas produzidas com alguns dos

participantes dos encontros – problematizar como as experiências vividas nos ENECOMs e na FENECOM foram alterando os modos de se organizar, de se expressar, de trabalhar, de lutar dos participantes, constituindo-se em uma forma de resistência às práticas neoliberais defendidas pelo governo federal de Fernando Henrique Cardoso e de Tasso Jereissati, no Ceará. Parte-se, aqui, da abordagem de E. P. Thompson que considera a *experiência* como uma forma de apreensão da realidade a partir de seus próprios elementos.¹⁵

Entende-se com Raymond Williams que a linguagem desses materiais é constitutiva do social, portanto, expressão da experiência vivida e em transformação¹⁶. É necessário também salientar que fontes de natureza diferente, ao ser analisada, requer um tratamento específico. Assim, procura-se atentar para as questões da produção dos documentos escritos, como: quem os fez? Para quem fez? Que interesses defendia quem os produziu? Por quem falam? Que função social cumprem?¹⁷

Na análise das fontes orais, parte-se da abordagem metodológica de história oral de Alessandro Portelli, para quem a narrativa resultante de uma entrevista é produto:

[...] da intervenção de um ouvinte e ‘questionador’ especializado: um historiador oral com seu projeto. Ele dá início ao encontro e cria o espaço narrativo para o narrador – que tem uma história a contar, mas que não a contaria *daquela maneira* em outro contexto ou a outro destinatário.¹⁸

Mesmo ciente de que a história oral temática influencia mais intensamente no resultado da narrativa do que a história oral de vida, haja vista que a presença do pesquisador como condutor do diálogo fica

mais evidente e é orientado pelas perguntas que procuram esclarecer o tema¹⁹, optou-se por esse método porque ele atende mais efetivamente aos objetivos desta tese. O foco das entrevistas orais é a participação dos trabalhadores nos ENECOMs – o que eles influenciaram e contribuíram para suas experiências de luta e de transformação, como eles significam isso hoje – e não sobre toda a sua vida, ainda que os modos do viver interessem e sejam abordados no diálogo, mas são a partir do que está relacionado com aquela experiência em particular.

Além de uma crítica imanente a cada tipo de fonte, no desenvolvimento da pesquisa estão sendo cruzadas as informações dos documentos escritos e as memórias que as pessoas entrevistadas trazem sobre suas experiências nos encontros e na federação, procurando perceber como interpretam o passado e imprimem significados a ele; e problematizadas as categorias encontradas com frequência nessas fontes, buscando compreendê-las no interior de sua historicidade.

Tomando como suposto que a dinâmica da história é constituída por homens e mulheres na vivência de suas experiências, busca-se, portanto, produzir uma história comprometida com o vivido, na qual os diversos sujeitos são a “chave” para o entendimento do processo histórico de constituição dos ENECOMs e sua contribuição na luta pelos direitos sociais de que tanto falam a documentação escrita e as pessoas entrevistadas.

Notas

* Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista: Processo nº 2017/10309-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<https://orcid.org/0000-0002-0323-4350>

¹ Doc.: LINHARES, K. M. F.; FERREIRA, B. G. Relatório de atividade do 8º Encontro de Entidades Comunitárias (ENECOMs): **Eleição da articulação interna, assessorias e coordenação e planejamento de 1996**. Centro Social Urbano – CSU, Camocim-CE, 03 de fevereiro de 1996, p. 1-7. **Folder ENECOMs: Você conhece?** Camocim-CE, 1996. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). NÚCLEO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA (NEDHIS). SERVIÇO DE PROMOÇÃO HUMANA (SPH). ENECOM. Caixa Relatórios. Doravante serão citadas apenas as siglas das instituições referenciadas anteriormente.

² Doc.: FERREIRA, B. G. Relatório das atividades desenvolvidas pela Federação de Entidades Comunitárias (FENECOM), com ênfase no exercício de 1999. In: UVA. NEDHIS. SPH. FENECOM. Caixa Relatórios.

³ Na região contemplada pela pesquisa, as opções de trabalho se limitam à agricultura de subsistência, à pesca, ao comércio e ao setor público municipal e estadual

⁴ Doc.: LINHARES, K. M. F.; FERREIRA, B. G. Relatório do VI ENECOM. In: UVA. NEDHIS. SPH. VI ENECOM. **O projeto neo-liberal: esperança ou perigo para o movimento comunitário?** Camocim-CE (Centro Social Urbano (CSU)), 13 e 14 out. 1995, p. 6.

⁵ O Conselho realizava em Santana do Acaraú-CE encontros mensais para tratar de assuntos de interesse popular, com discussão, elaboração de propostas que interferiam na gestão pública municipal. Com o fim de atingir todo o município, criaram Zonas Administrativas Comunitárias (ZAC). Nesse encontro, a coordenação geral da FENECOM convidou alguns de seus membros para compartilhar com os trabalhadores de Camocim, Granja, Barraquinha a experiência de 10 anos de atuação naquele município. SANTANA DO ACARAÚ. Lei, n. 300 de dezembro de 1992. Cria o Grande Conselho Comunitário do Município de Santana do Acaraú (GCCM) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.santanadoacarau.ce.gov.br/leis-decretos>. Acesso em: 21/03/2019.

⁶ Doc.: Lista de presença dos convidados para o encontro. In: UVA. NEDHIS. SPH. 30º ENECOM. Caixa Relatórios.

⁷ PEIXOTO, M. do R. da C. Cultura, trabalho e trabalhadores: novas racionalidades em curso. **Projeto História**, São Paulo, n. 48, dez. 2013, p. 6. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/20702/15264>. Acesso em: 10/08/ 2016.

⁸ Ricardina Oliveira Parente Silva. Vera Lúcia Silva. 09/2016.

⁹ Benedito Genésio Ferreira. Vera Lúcia Silva. 09/2016.

¹⁰ Claudiomar Cândido Dias. Vera Lúcia Silva. 09/2017.

¹¹ Erasmo de Assis Pinto. Vera Lúcia Silva. 02/2018

¹² Raimundo Francisco da Silva. Vera Lúcia Silva. 02/2018.

¹³ Raimundo Ivan do Nascimento. Vera Lúcia Silva. 02/2018.

¹⁴ Doc.: Ata da Assembleia Geral de criação e construção da Federação de Entidades Comunitárias do município de Camocim-CE (FENECOM, 24 maio 1997. In: UVA. NEDHIS. SPH. 17º ENECOM. Caixa Relatórios.

¹⁵ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**. Tradução Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

¹⁶ WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 43.

¹⁷ Como sugere VIEIRA, M. P. A. et al. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1991, p.20.

¹⁸ PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 212.

¹⁹ Para um aprofundamento maior sobre as diferenças entre “história oral temática” e “história oral de vida”, ler MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, 33-42. É importante esclarecer que a metodologia de história oral adotada pela autora é de Portelli, indica-se aqui Meihy e Holanda somente para elucidar as diferenças entre uma e outra.